**Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Madeira,**

**Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados,**

O debate que agora termina **comprovou** a importância primordial da construção de um novo hospital para a Madeira e para os Madeirenses, lembrando que essa nova infraestrutura contribuiria igualmente para um melhor funcionamento do nosso Serviço Regional e para garantir **mais e melhor saúde**.

**Comprovou também,** os esforços e as diligências realizadas pelo Governo Regional para que o projeto fosse financiado pelo Orçamento de Estado, reunindo todas as condições e documentos preceituados, para ser aprovado à luz dos critérios definidos na lei, como projeto de interesse comum.

**Comprovou ainda,** o conjunto de medidas tomadas pelo Governo Regional conducentes à concretização dessa obra, desenvolvendo o programa funcional, concebendo os projetos de arquitetura, avançando com expropriações.

**Comprovou sobretudo**, que a Região fez o seu trabalho de casa e que tem todos os dossiers prontos e as condições necessárias para lançar o concurso público internacional já no próximo ano.

Apesar do Governo Regional, objetivamente, tudo ter feito para que este projeto de interesse nacional pudesse ocorrer, continuamos à espera da concretização do modelo de financiamento do Novo Hospital, processo que depende do Governo Central, como decorre do artigo 57.º do Orçamento do Estado para 2017 e que determina que é o Governo da República, em cooperação com o Governo Regional, que deve desenvolver todas as diligências necessárias à conceção e construção do novo Hospital Central da Madeira.

Até porque, **não esqueçamos**, constitucionalmente a Saúde é uma matéria da competência do Estado e uma obrigação deste relativamente às suas regiões autónomas.

E se o novo Hospital traduz a vontade expressa de todos os Madeirenses, o seu financiamento foi, desde logo, assumido pelo Senhor Primeiro-ministro na visita que fez à Região em 2016.

Mas até hoje, e apesar das insistências do Governo Regional, esse compromisso político não resultou em nada de concreto.

O Orçamento de Estado para 2017 não contemplou quaisquer verbas para a concretização do novo Hospital e o Orçamento de Estado para 2018 é omisso nessa matéria, não sendo feito qualquer referência ao seu financiamento.

Ademais, durante o debate sobre o Orçamento Estado para o próximo ano, tendo sido solicitado por uma deputada socialista que o Senhor Primeiro-ministro reafirmasse o compromisso da construção do novo Hospital, António Costa deixou todos surpresos ao falar **ainda** da “constituição do grupo de trabalho” para a avaliação do interesse público da construção.

Uma comissão que haveria de ser criada por despacho **apenas** a 09 de outubro de 2017, depois de entregue a Proposta de Orçamento de Estado na Assembleia da República e vários meses depois de a Região ter enviado uma carta ao Ministério das Finanças a lembrar a importância da obra e a disponibilizar-se para o início do processo de cooperação, bem como a solicitar que o mesmo fosse concluído no mais curto espaço de tempo, de modo a que o respetivo concurso público internacional pudesse ser lançado ainda no corrente ano.

Apesar de já estar criada, esta comissão continua à espera para reunir, não havendo até agora qualquer sinal nesse sentido.

Passado mais de um ano, o Governo da República continua a brincar não só às comissões, mas também com as mais legítimas aspirações do povo Madeirense.

Porque o financiamento para a construção do novo Hospital foi uma promessa feita a todos os Madeirenses e Porto-santenses **e não ao Governo Regional**!

Posições que colidem com o compromisso político do Primeiro-ministro em Março de 2016 e que lançam dúvidas sobre a verdadeira vontade política do atual Governo da República que, numa atitude discriminatória, avança neste Orçamento de Estado com o financiamento de três outros hospitais no país, deixando para trás apenas o Hospital da Madeira. Deixando para trás apenas o Povo Madeirense.

E os Madeirenses começam a sentir, sem dúvidas e em consciência, que este Governo da República e os partidos da “Geringonça” que o suporta e os seus representantes regionais, não estão minimamente interessados em servir os interesses de quem neles votou.

O que interessa é a agenda política própria, que surge devido a táticas eleitorais, numa tentativa de assalto ao poder regional em 2019 e que, a qualquer custo, atrasa propositadamente a construção do novo Hospital e põe em causa os legítimos interesses dos Madeirenses e o seu direito à proteção na saúde.

E fica aqui comprovado, também, que o líder nacional do Partido Socialista não gosta do seu líder regional e que não conta com ele para o futuro.

Portanto, o líder do PS-Madeira anda à deriva e não faz parte da solução. O líder do PS-Madeira é, efetivamente, um problema! Um problema para o PS, um problema para a Madeira, um problema para os Madeirenses.

Mas continua a atuar sem responsabilidade e a defender mecanicamente estas discriminações contra o seu Povo, porventura com pouca convicção, como a que tem defendido os interesses madeirenses!

A par do problema do financiamento do novo Hospital, temos outros assuntos pendentes com o Governo da República, para os quais continuamos sem resposta:

- A resolução da taxa de juro do empréstimo do Estado à Região, prometido desde 2015 pelo atual Primeiro-Ministro;

- A dívida dos subsistemas de saúde; a dívida da sobretaxa do IRS, retida indevidamente; o apoio aos emigrantes da Venezuela;

- O subsídio de mobilidade;

- O concurso da linha aérea Madeira – Porto Santo, entre outros assuntos.

**Senhor Presidente,**

**Senhoras e Senhores Deputados,**

Termino reafirmando que a construção do novo Hospital é uma prioridade para o Governo Regional e que, ao contrário de alguma oposição, continuaremos a atuar com responsabilidade e em conformidade com o que temos defendido, exigindo a cada momento ao Estado, a concretização desta importante infraestrutura.

Porque reconhecemos que a Saúde exige seriedade e, sobretudo, responsabilidade política de quem foi eleito pelo Povo para dar cumprimento a um direito constitucional que assiste a todos os Madeirenses.

O nosso Povo merece a mesma qualidade no acesso à saúde que qualquer outro português. Não podemos aceitar ser tratados como portugueses de segunda.

O que aqui se faz, faz-se em nome da unidade e da coesão nacional!

E fazemos um apelo a todos os deputados desta Assembleia, e em particular aos Senhores Deputados do Partido Socialista, para que colaborem nesta e em tantas outras diligências e não se demitam da responsabilidade de defender sempre, e em primeiro lugar, os interesses da Madeira e dos Madeirenses.

Muito obrigado.

O Vice-Presidente do Governo Regional, 10 de novembro de 2017